



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 2/2020

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, através de videoconferência, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) **Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do relatório e contas de 2019, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações**
- 3) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 1ª revisão ao Orçamento e ao Plano de Investimentos do ano 2020**
- 4) **Primeira alteração ao Contrato-programa outorgado entre o Município de Valpaços e a EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.;**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 50 (cinquenta) e a ausência de 1 (um), a saber:

Membros Eleitos

Maria Julieta Teixeira Lino.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e vinte, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Por não haver inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Correspondência recebida

Foi recebido um ofício do Senhor Deputado Municipal Luís Vasco Teixeira Carvalho, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para efeitos de renúncia do mandato de deputado Municipal, com efeito a dois de março de 2020, para assumir funções de vereador na Câmara Municipal de Valpaços.

Foi apresentado, pela Câmara Municipal, um voto de agradecimento e reconhecimento público, pela oferta de equipamento de proteção individual para combate à pandemia Covid-19, ao Senhor João Fernando Teixeira Lopes Monteiro e sua esposa Senhora Maria Celeste Florêncio Moreno Monteiro, residentes em Macau e naturais de Vilarandelo. Da mesma forma e também pela oferta de material de proteção individual a Câmara Municipal propõe um voto de agradecimento e reconhecimento público ao Senhor Francisco Marchese, sócio gerente da empresa Monsurgel, Lda.

Foi apresentado, pelo Grupo Parlamentar do PSD, um voto de louvor e reconhecimento a todos os que, neste tempo de incerteza, com esforço coragem e dedicação, têm trabalhado em prole da população, nomeadamente:

Profissionais de saúde;

Bombeiros Voluntários;
Agentes das Forças de Segurança;
Trabalhadores Municipais;
Farmacêuticos e seus colaboradores;
Trabalhadores das IPSS e Entidades Sociais;
Trabalhadores de Supermercados;
Padarias, Talhos e outros comércioos abertos;
Agricultores;
Bombas de Abastecimento de Combustíveis;
Profissionais das empresas de recolha de resíduos sólidos;
Camionistas;
Professores;
Famílias dos profissionais que estão permanentemente em risco;
Aqueles que estão em casa a partilharem o sofrimento dos outros;
Juntas de Freguesia;
A Técnica da Proteção Civil e à sua equipa que tem estado permanentemente disponíveis;
A todos aqueles que aqui não constam e têm contribuído para o bem-estar da população.
Bem hajam todos.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, o Senhor Deputado, deixou votos de sucesso ao senhor enfermeiro Vasco Carvalho nesta sua nova função.

O Senhor Deputado deixou bem vincada a importância destas pessoas e instituições que muito têm contribuído para preservar a saúde e segurança da população, desempenhando um notável trabalho em condições tão adversas. Em seu nome pessoal e em nome dos munícipes que representa, enquanto deputado municipal, deixou uma palavra de gratidão a todos.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Eugénio Borges.**

O Senhor Deputado Dr. Eugénio Borges, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

O Senhor Deputado referiu que o Grupo Parlamentar do PS se associa e estes votos, manifestando concordância com a intervenção do Senhor Vítor Nogaró.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, relativamente ao voto de agradecimento e reconhecimento público aos cidadão João Fernando Teixeira Lopes Monteiro e sua esposa Maria Celeste Florêncio Moreno Monteiro e também a Francisco Marchese, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Grupo Parlamentar do PSD, relativamente ao voto de louvor e reconhecimento público aos cidadão e entidades anteriormente descritas, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Enfermeira Dora Terrão Barroso.**

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Estando na linha da frente no combate à pandemia, a Senhor enfermeira Dora Barroso, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o fornecimento de equipamento de proteção

individual para os funcionários do Centro de saúde de Valpaços. Por último alertou para a necessidade do uso de máscaras de proteção em locais fechados e a importância de manter o distanciamento necessário entre as pessoas de forma a evitar o contágio do Covid-19.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor António Escudeiro.**

O Senhor Deputado António Escudeiro, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

O Senhor deputado deu nota das dificuldades e dos constrangimentos que agora tomaram conta da sociedade. Destacou a intervenção do Município de Valpaços no combate à pandemia em três pontos fundamentais:

Primeiro, destacou a atuação visionária do Senhor Presidente da Câmara quando se antecipou à tutela nas medidas de prevenção que adotou;

Segundo, destacou o apoio à população, particularmente aos mais desfavorecidos, criando uma linha telefónica de apoio, disponibilizando, por exemplo, entrega de medicamento e compras diversas;

Terceira, a informação disponibilizada pela autarquia foi criteriosamente filtrada, sem populismos nem aproveitamentos políticos.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Manuel Torrão Machado.**

O Senhor Deputado Manuel Machado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deixou uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho quem tem realizado na prevenção e combate à pandemia.

Deixou também o seu agradecimento aos profissionais de saúde que põem a sua vida em risco para salvar a dos outros; às Forças Armadas que tem disponibilizado os seus hospitais de campanha; aos professores quem tiveram que se reinventar para lecionar apoiados pelas plataformas informáticas; às forças de segurança e às corporações de bombeiros no apoio às populações.

Por último, lamentou o cancelamento da Feira do Folar que tanta importância tem na economia do Concelho.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Enfermeira Paula Xavier.**

A Senhora Deputada Paula Xavier, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida deixou uma palavra de apreço aos heróis que emergem neste tempo de crise, nomeadamente profissionais de saúde, bombeiros, proteção civil, município e demais profissionais e instituições que trabalham na linha da frente para que nada falte à população.

Informou que o Centro da Saúde de Valpaços mantém a consulta aberta de doença aguda das 8:00 h. às 20:00 h. ao dia de semana e das 9:00 h. às 19:00 h. ao fim de semana. Tem, ainda, em funcionamento a consulta não presencial, consulta de doentes de risco, a vigilância da saúde infantil e vacinação e a consulta ao domicílio do recém-nascido, entre outras.

Agradeceu a todos o apoio que têm prestado aos profissionais de saúde do Centro de Saúde de Valpaços, nomeadamente ao Grupo Valpaços Apoio aos Profissionais de Saúde.

Por último, deixou votos de melhores dias.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Eugénio Borges.**

O Senhor Deputado Dr. Eugénio Borges, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deixou uma nota de apreço ao trabalho realizado, no combate à pandemia, pelos profissionais de saúde, bombeiros, proteção civil, município e outras entidades envolvidas.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo seu trabalho no âmbito da prevenção e combate à pandemia. Além das medidas acertadas que já foram tomadas, o Senhor Deputado, questionou se estão, ou não, previstas mais medidas de apoio à população, nomeadamente ao nível da educação com a disponibilização de computador aos alunos carenciados para que possam assistir às aulas não presenciais.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, **Senhor Eng.º Luís Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Deixou também o seu agradecimento aos profissionais de saúde que põem a sua vida em risco; ao Senhor Presidente da Câmara pelas medidas acertadas e atempadas que tomou; aos professores quem tanto se têm esforçado para compensar os alunos; às forças de segurança e às corporações de bombeiros no apoio às populações. Por último deixou uma palavra de apreço às juntas de freguesia pelo trabalho realizado junto das populações neste período tão difícil.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, realçou a pertinência de todas as intervenções anteriores.

Felicitou todo o executivo camarário, na pessoa do Senhor Presidente, pelas medidas acertadas e atempadas para prevenção e combate à pandemia Covid-19. Destacou o despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 9 de março a decretar o encerramento de vários serviços quando só a 16 de março foi declarado, por decreto, o estado de emergência em Portugal. Destacou, também, o despacho de 19 de março, este mais abrangente, onde assume grande importância a distribuição de medicamentos e refeições à população mais fragilizado. Destacou, ainda, no dia 10 de Abril o comunicado onde denuncia a proibição das autoridades de saúde em fornecer informação aos municípios relativamente à evolução da pandemia nos seus concelhos, decretada pela Ministra da Saúde.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela acertada mensagem da comemoração do 25 de Abril.

Por último, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à possibilidade de fornecimento de computadores aos alunos carenciados do Concelho, mesmo sabendo da promessa do Senhor Primeiro-Ministro em fornecer computadores aos alunos no próximo ano letivo. Destacou, ainda, o elevado peso da educação no orçamento municipal.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Enfermeiro Vítor Machado.

O Senhor Deputado Vítor Machado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, o Senhor Deputado congratulou-se com a estratégia definida pelo executivo camarário no combate ao Covid-19. Considera que a sensibilização da população através das

carrinhas com avisos sonoros e o recuso às redes sócias abrangem a grande maioria da população. A possibilidade de testar o Covid-19 em Valpaços é de extrema importância.

O Senhor Deputado mostrou-se apreensivo com a fase de desconfinamento, ainda que progressivo, vai trazer mais gente à rua, à escola e ao trabalho aumentando o risco de contágio.

Por último, deixou uma palavra de otimismo relativamente ao futuro, felicitando os senhores deputados municipais e os senhores presidentes de junta que tem sido autênticos agentes de saúde pública.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta à Deputada Senhora Enfermeira Dora Barroso.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou a entrega de diverso material individual de proteção ao Centro de Saúde por forma a garantir a segurança dos seus profissionais e da população em geral. Deu nota que fez chegar máscaras, luvas viseiras e fatos a outras instituições do Concelho. O Senhor Presidente da Câmara prometeu “*não deixar ninguém para trás*”.

Resposta ao Deputado Senhor António Escudeiro.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com as palavras do Senhor Deputado.

Agradeceu, ainda, aos escuteiros na pessoa do Senhor António Escudeiro, a disponibilização da casa do escuteiro para albergar pessoas infetadas ou suspeitas de infeção pelo Covis-19. Da mesma forma, agradeceu ao senhor presidente do parque de campismo e aos bombeiros de Valpaços que disponibilizaram as respetivas instalações.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que todo o trabalho árduo e bem sucedido desenvolvido pela autarquia só foi possível com a colaboração de todos, felicitando, sobretudo, aqueles que tem estado na linha da frente no combate à pandemia. Deixou, contudo, um alerta: “*qualquer descuido pode deitar tudo a perder*”.

Por último, manifestou a convicção que tudo tem feito para preservar a saúde e segurança dos valpacenses, deixando uma palavra de apreço à população pelo seu elevado sentido de responsabilidade e civismo.

Resposta ao Deputado Senhor Manuel Machado.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras simpáticas do Senhor Deputado. Deu nota que acompanhou e contactou diariamente, via telemóvel, todas as pessoas infetadas por de Covid-19 no Concelho, disponibilizando-lhes medicamentos, alimentação e outros bens.

Resposta à Deputada Senhora Enfermeira Paula Xavier.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Paula Xavier, mostrando-se convicto que este período está a servir de aprendizagem, vai tornar-nos mais humanos e sairemos, certamente, desta situação melhores pessoas.

Por último, deu nota que a Câmara Municipal disponibilizou ao Centro de Saúde, condutores e viaturas para que seja possível o atendimento ao domicílio.

Resposta ao Deputado Senhor Dr. Eugénio Borges.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Deputado. Deu nota, que é com grande sentido de responsabilidade que tem lidado com esta situação, procurando em cada momento decidir em prole da segurança e saúde dos valpacenses.

Relativamente à aquisição de material informático para os alunos carenciados, o Senhor Presidente da Câmara informou que após uma análise exaustiva, constatou-se que existem 160 alunos que não tem equipamento informático e/ou acesso à internet.

Posto isto, o primeiro entrave surge quando se verificou que, devido ao estado de emergência, não existem no mercado equipamentos em stock para, de imediato, colmatar esta situação. Outra situação ponderada seria o aluguer dos equipamentos que importava em cerca de 100.000,00€, correndo também o risco de não ser cumprido o prazo de entrega. Ao contrário de outros, o Senhor Presidente da Câmara, recusou-se a prometer o que não é capaz de cumprir “*só para ficar bem na fotografia*”. Mais, acrescentou que esta competência não é da autarquia.

A solução encontrada, para além da telescola, e que está correr muito bem, foi a utilização de uma plataforma informática que permite interação entre alunos e professores. Esta solução permite, ainda, que os alunos assistam diariamente às aulas, possam fazer os seus testes e

exercícios. Destaque, também, para o trabalho das juntas de freguesia que têm disponibilizado as suas instalações e os seus equipamentos àqueles alunos mais necessitados.

Está previsto o regresso às aulas presenciais, do 11.º ano e 12.º ano, no dia 16 de maio, sendo certo que o Município de Valpaços vai assegurar o transporte desses alunos para as suas casas mal terminem as aulas para que não fiquem expostos a situações de risco fora do espaço escolar. Por último, deixou a garantia que o apoio à população estará sempre em primeiro lugar em detrimento de qualquer outro investimento.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Vilarandelo Eng.º Luís Pessoa

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Presidente da Junta. Acrescentou que tem procurado passar uma mensagem de tranquilidade mas ao mesmo tempo de responsabilidade relativamente à pandemia.

Resposta ao Deputado Senhor Vítor Nogaró .

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras simpáticas do Senhor Deputado.

Destacou o enorme contributo que os autarcas têm prestado ao país no combate à pandemia, muitas vezes antecipando-se e substituindo-se ao poder central.

Deixou críticas aos nossos governantes na medida que concentraram teste e equipamento no centro e sul do país quando o grande foco de infeção se situa no norte.

Relativamente às comemorações do dia da Liberdade, o Senhor Presidente lembrou que é um defensor dos valores de Abril, mas, neste tempo de confinamento e de preservação da saúde da população, não seria sensato criar qualquer aglomerado que colocasse as pessoas em risco.

Por último, deu nota que o Município recebe anualmente do estado, através do Fundo Social Municipal, destinado à educação, aproximadamente 500.000,00€. O Município, no mesmo período, contabiliza um gasto de aproximadamente 1.335.000,00. Aqui está a prova da importância da educação para o Município de Valpaços. Por último, deixou a garantia de fornecer computadores aos alunos no próximo ano letivo se o Governo não cumprir o prometido.

Resposta ao Deputado Senhor Enfermeiro Vítor Machado.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Deputado.

Aproveitou para reforçar que procurou junto das IPSS aferir da capacidade de resposta de cada uma delas para o caso de chegada de focos de infeção. Garantindo, sempre, a reserva de 100 camas nas diversas instalações anteriormente elencadas. Deixou o agradecimento a todos os

prestadores e cuidadores destas estrutura bem como aos ser órgãos dirigentes pelo excelente trabalho que têm desenvolvido na prevenção e combate á pandemia.

Manifestou, também, a sua preocupação com a próxima fase que comportará, certamente, maiores riscos de contágio.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Informação do Presidente da Câmara

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao seu conhecimento uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 31 de março de 2020.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 31 de março de 2020 era de 3.091.952,76 euros, dos quais 9.524,90 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 3.082.427,86 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 992.831,95 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

2 – Responsabilidades perante terceiros

No final do mês de março a dívida a fornecedores era de 105.721,85 euros, dos quais 4.070,80 euros a fornecedores de conta corrente e 101.651,05 euros a fornecedores de investimento.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 3.242.530,28 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL, cujo capital em dívida à data era de 1.339.458,36 euros.

No âmbito da aquisição de uma máquina retroescavadora através de um contrato de locação financeira, a dívida à Caixa Leasing e Factoring era no final do mês de março de 87.317,70 euros.

O prazo médio de pagamento no final do ano 2019, conforme divulgação efetuada pela DGAL, era de 2 dias. Relativamente ao prazo de pagamento no final do 1º trimestre de 2020, ainda não temos essa informação disponível no Portal Autárquico.

3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2020, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 21.520.716,81 euros, e a capacidade de endividamento para o ano 2020, com base no fecho de contas do ano 2019, é de 7.050.026,92 euros.

No final do mês de março, a capacidade de endividamento utilizada fixou-se nos 3.486.110,92 euros, estando disponível a margem de 3.563.916,00 euros.

4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2020, previa um total de receitas e despesas de cerca de 15,9 milhões de euros.

Fruto da receita legalmente consignada (projetos cofinanciados), passaram as dotações corrigidas para 17.458.775,61 euros.

Em março, a receita cobrada bruta fixou-se nos 4.063.847,43 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 23,30%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 3.424.253,02 euros (taxa de execução de 24,3%) e a receita de capital em 639.594,41 euros (taxa de execução de 19,1%).

Ao nível das despesas, foram pagos 2.686.968,48 euros (taxa de execução de 22,55%) de despesas correntes e 844.240 euros (taxa de execução de 15,22%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 3.531.208,48 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 20,23%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de março para a gerência de 2020, importam em 13.608.014,43 euros, dois quais foram pagos 3.531.208,48 euros, estando assim por pagar 10.076.805,95 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos em março importam em 2.898.423,76 euros, tendo sido pagos a importância de 544.962,75 euros, estando assim por pagar 2.353.461,01 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de março de 681.813,71 euros, estando assim o PPI cabimentado em 83,07% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de março era de 13,53 %.

5 – Equilíbrio orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no seu artigo 40º estabelece a regra do equilíbrio orçamental.

No equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de março de 2020, o equilíbrio orçamental estava a ser cumprido, existindo uma margem de cerca de 524 mil euros.

6 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (cerca de 2,9 milhões de euros) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, nos demais, há dois onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR EM DISCUSSÃO	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do foliar» realizado em 28/03/2010
2018	178/18.7BEMDL-B	0,00	Não	Antiga escola do Pereiro – Direito de propriedade

TOTAL	275.000,00
-------	------------

7 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de março, a câmara municipal deliberou apoios monetários no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante de 159.468,18 euros.

8 – Obras em execução

Temos adjudicadas obras no valor total de 2.560.102,72 euros, faltando executar 1.758.674,06 euros. Lançamos, já no decurso do ano 2020, 5 obras, uma das quais veio a ficar deserta/ninguém concorreu (remodelação do pavilhão da escola Professor Ribeirinha Machado, em Vilarandelo); estamos atualmente a aguardar a adjudicação 4 empreitadas, que perfazem o montante previsível de 319.022,97 euros, são elas:

Nome da Obra	Cabimento			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar
	N.º	Data	Valor			
Construção de uma capela mortuária em Carracedo de Montenegro	536	24/01/2020	166 954,77	0	- €	0,00
Casa mortuária de Santiago da Ribeira de Alhariz	1299	08/04/2020	96 030,27	0	- €	0,00
Cemitério de Serapicos	1311	14/04/2020	41 332,05	0	- €	0,00

Remodelação e beneficiação do espaço cidadão em Vilarandelo	1357	22/04/2020	14 705,88	0	- €	0,00
---	------	------------	-----------	---	-----	------

As que já estão adjudicadas, apenas uma delas ainda não foi iniciada – «Bairro 1º de Maio, requalificação urbana», adjudicada a um empreiteiro da terra, Custódio Tender, adjudicada por 496.062,96 euros, tendo sido consignada em 3 de março de 2020. Em conversa com o empreiteiro, referiu-nos que entraria em trabalhos na 1º semana do mês de maio.

Nome da Obra	Cabimento			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar
	N.º	Data	Valor			
Construção de percurso ciclável e pedonal na cidade de Valpaços	786	06/02/2019	427 454,21	Custódio Pereira Areias Tender	237 180,83 €	190 273,38
Beneficiação e Requalificação da Rua D.ª Armélia Castelo, até à Av.ª da Liberdade em Vilarandelo	2238	13/06/2019	146 174,00	Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.	144.749,63 €	0,0
Construção e Beneficiação de estradas e caminhos municipais - (EM 551 e CM1119) - «saída para o Castro, Vales e Zabras»	2247	14/06/2019	89 032,50	Amydra Construções, Lda	71 299,56 €	16 354,75
Arruamentos na freguesia de Sonim e Barreiros	2308	17/06/2019	97 481,84	Granitos da Ginjeira, Lda	52 903,54 €	44 578,30
Requalificação e remodelação da Rua Padre Manuel Torrão Mesquita, em Valpaços	2689	24/07/2019	109 827,97	Granitos da Ginjeira, Lda.	66 755,04 €	43 072,93
Construção de parque de estacionamento junto ao hospital de Valpaços	2685	23/07/2019	124 253,60	Granitos da Ginjeira, Lda.	60 784,01 €	63 469,59
Percursos do Rio Rabaçal	2540	08/07/2019	721 078,35	Baltazar & Filhos, Lda.	2 445,93 €	718 632,42
Construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	2901	28/08/2019	190 036,32	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	23 750,36 €	166 285,96
Bairro 1º de Maio - Requalificação Urbana	3515	30/10/2019	496 062,96	Custódio Pereira Areias Tender	- €	495 326,34
"Construção ou Beneficiação de estradas e caminhos municipais - (EM 544-1)"	3745	26/11/2019	158 700,97	Cota 700 - Gabinete de Topografia e Engenharia, Lda"	152 160,77 €	6 540,20

9 – Outros assuntos

No âmbito da pandemia que atravessamos, o Serviços Municipal de Proteção Civil desenvolveu as seguintes actividades:

- Comunicação de 317 indivíduos à ANEPC e posteriormente à Autoridade de Saúde Local do regresso de emigrantes e outros que se encontravam noutras localidades fora do concelho de Valpaços;
- Aviso sonoro com à população, da obrigatoriedade de permanecer em casa;
- Desinfecção e higienização das artérias, vias e áreas de maior frequência de público da cidade;
- Suspensão das queimas e queimadas durante o período de emergência;

- Espaços de acolhimento temporário para Doentes COVID-19 (50 camas fornecidas pelo RI19); Escuteiros 14 camas; Parque de Campismo 8 camas, Pavilhão Gimnodesportivo 28 colchões;
- Foi adquirido um Canhão de Ozono para efectuar a desinfeção de edifícios e viaturas.

Dar nota de uma situação preocupante que se prende com a realização de testes Covid-19 à população. Para tal a Santa Casa de Misericórdia de Valpaços protocolou com o laboratório Germano de Sousa a realização de testes aos seus utentes e funcionários. Recorrendo ao mesmo laboratório a CIM-AT, levou também a efeito um protocolo para testagem da população da região. Neste sentido e aproveitando recursos já instalados a Câmara Municipal através de protocolo, com o mesmo laboratório, e depois da anuência das restantes câmaras do Alto Tâmega, garantiu a realização de mais 300 testes semanais a realizar em Valpaços. Neste âmbito o Senhor Presidente da Câmara foi contactado, via telemóvel, por uma pessoa do ACES – ATB (Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso), a contestar esta medida da realização dos 300 testes em Valpaços, pelo referido laboratório, argumentando que não era uma medida justa em comparação com outros municípios. Mais, considera que os testes devem ser realizados pelo IPB com um preço unitário de 50,00€, contra os 100,00€ praticados pelo laboratório Germano de Sousa. O Senhor Presidente defende que está apenas a precaver o futuro com os recursos do Município protocolando um serviço com uma entidade com capacidade de resposta e de grande reputação, em nada interferindo com o Ministério da Saúde ou a ARS-Norte. Mais, a CIM-AT tem já protocolado com o IPB a realização de testes o que permite, ao Município de Valpaços a realização dos mesmos com o IPB e em caso de necessidade recorrer ao mencionado laboratório. Por fim, o Senhor Presidente foi confrontado com um caso positivo num lar de idosos em Ribeira de Pena em que o IPB não teve capacidade de resposta na testagem à comunidade desviando, neste caso, os testes previstos para Valpaços, confirmando-se a falta de visão da ARS-Norte e a ACES-ATB.

A Câmara Municipal de Valpaços definiu um conjunto de medidas que visam mitigar os impactos sociais e económicos da pandemia da COVID – 19 nas famílias, no comércio, nos serviços, nas empresas e instituições, como contributo e auxílio para uma melhor resposta aos problemas profundos que durante os próximos tempos o nosso Concelho e os Valpacenses deverão enfrentar.

Face à indefinição quanto à evolução da pandemia e, conseqüentemente, quanto à duração do confinamento e isolamento social que têm sido implementados, é previsível que os efeitos se prolonguem no tempo, com subidas e descidas de casos de Covid, impondo uma recuperação

gradual, sendo que o conjunto de medidas ora tomadas sejam suscetíveis de adaptação em função da evolução das circunstâncias.

Todas as medidas nos merecem a atenção urgente num processo que deve decorrer sem precipitação, com seriedade, exigência e responsabilidade.

Medidas Gerais

1. Aquisição de equipamentos de proteção individual para constituir um stock que, para além de responder às necessidades dos serviços municipais, funcione como reforço de retaguarda às instituições sociais, serviços de saúde, de segurança e de socorro;
2. Ações de limpeza dos espaços e equipamentos públicos, procedendo com regularidade à higienização e desinfeção dos mesmos;
3. Aquisição de um canhão de ozono para desinfeção de edifícios e viaturas;
4. Difusão sonora de uma campanha de alerta a toda a população, através de viaturas a circular pelo concelho, informando da existência da pandemia causada pela Covid-19 e dos cuidados a tomar;
5. Cedência de espaços municipais para monitorização e controlo pandémico para doentes sem capacidade e condições para isolamento profilático em habitação própria, cujas condições de habitabilidade sejam inexistentes e para utentes de lares que, por força do contágio ou risco de contágio, tenham de ser retirados dessas estruturas;
6. Aquisição de máscaras certificadas e reutilizáveis para ofertar à população;
7. Pagamento do aluguer de uma tenda para a realização do rastreio à Covid-19, nos meses de abril e maio;
8. Comparticipação na realização de testes à Covid-19, caso as circunstâncias assim o justifiquem;
9. Disponibilização de viaturas municipais e respetivos condutores à unidade local de saúde, para o apoio domiciliário a doentes infetados com a Covid-19;
10. Assegurar três vezes por semana, o transporte da recolha das amostras desde Valpaços até ao laboratório do IPB, em Bragança, onde serão objeto de análise e teste para despiste à Covid-19;
11. Cooperação operacional e financeira com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, garantindo o seu pleno funcionamento;
12. Articulação com o agrupamento de escolas de Valpaços para que o processo ensino/aprendizagem à distância possa vir a decorrer da melhor forma possível, permitindo que todos os alunos tenham acesso ao material pedagógico essencial ao estudo;

13. Apoio direcionado aos alunos, por parte dos técnicos do projeto PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar), dos professores que lecionam as atividades extracurricular e das educadoras de infância que integram a CAAF (Componente de Apoio à Família), na entrega das fichas de trabalho e posterior encaminhamento para os professores titulares/diretores de turma;
14. Abertura dos cemitérios municipais, ainda que de forma limitada e condicionada, respeitando sempre as distâncias de segurança impostas pela Direção-Geral da Saúde.
15. Limitação da presença nos cemitérios, no âmbito da realização de cerimónias fúnebres, a 5 pessoas na eventualidade de funerais de vítimas de Covid-19 e no máximo de 15 pessoas nos restantes casos.
16. Criação de linhas telefónicas de apoio dirigidas a pessoas/famílias, a desempregados e a quem se encontre sem retaguarda familiar e social a necessitar de auxílio, prestando-se toda a informação dos vários apoios que a autarquia presta.
17. Cancelamento de todas as atividades de natureza cultural, recreativa e desportivas até ao mês de junho;

Ação Social

1. Aquisição e entrega ao domicílio de medicamentos essenciais à saúde dos Municípes isolados, com doença crónica, com mobilidade reduzida e eventuais situações de fragilidade social, nomeadamente nos casos de violência doméstica e a crianças sinalizadas pela CPCJ.
2. Aquisição e entrega ao domicílio de bens alimentares a pessoas com carência social;
3. Articulação com as IPSS'S do concelho, para fazer face ao fornecimento de alimentação às pessoas carenciadas;
4. Estabelecimento de parceria com as farmácias com vista a agilizar os procedimentos de aquisição dos medicamentos comparticipados pela autarquia;
5. Levantamento de medicação de ambulatório na farmácia do Hospital de Chaves e posterior entrega no domicílio do utente;
6. A concessão de apoio a todos os cidadãos com diagnóstico positivo de COVID – 19, em sede de alimentação e medicação, sempre que requerido e caso se justifique;
7. Reforço dos programas de Ação Social em vigor;
8. Atribuição de vouchers para aquisição de bens e serviços a estratos sociais desfavorecidos;
9. Disponibilidade para a apresentação de um maior número de candidaturas para as medidas CEI e CEI+;

10. Criação de um sistema para bens excedentários dos setores produtivos do concelho, nomeadamente o setor primário que não consiga colocar no mercado os seus produtos, por forma a otimizá-los para consumo de pessoas/famílias mais carenciadas;
11. Acompanhamento diário junto de pessoas/famílias que não têm retaguarda familiar, para se perceber e inteirar do seu estado e das reais necessidades, demonstrando que podem contar sempre com o apoio da Câmara Municipal.

Famílias

Considerando que o princípio do utilizador pagador, estabelece que os beneficiários dos serviços públicos devem suportar os seus custos;

Considerando que o esforço da autarquia é significativo, uma vez que a compra da água à empresa «águas do norte», controlada e tutelada pelo estado, não sofreu qualquer redução ao seu tarifário, o que significa que a câmara municipal de Valpaços vai continuar a pagar o mesmo pela compra da água que disponibiliza aos valpacenses;

Considerando que uma gratuitidade dos consumos de água, saneamento e resíduos sólidos colocaria em sério risco a sustentabilidade de todo o sistema e a sua qualidade, criando prejuízos inportáveis para todos. Por outro lado, abriria a porta a consumos desregulados e irresponsáveis de um bem muito escasso, como os valpacenses sabem melhor do que ninguém: a água;

Considerando que o preço da água no concelho de Valpaços não aumenta desde 2011, sendo um dos tarifários mais baixos do país, cuja receita proveniente da cobrança da água não cobre os gastos incorridos com a sua exploração e disponibilização ao consumidor;

Considerando que se mantém em vigor os tarifários dedicados às famílias numerosas e o tarifário social;

Impõem-se, ainda assim a isenção específica e excecional relativa ao pagamento do consumo de água a favor de todos os consumidores, como forma de compensar os potenciais aumentos de consumo, sobretudo domésticos, verificado durante a fase de contenção e mitigação da pandemia COVID – 19 (abril e maio), e as repercussões que a evolução da situação epidemiológica determinaram na mudança de hábitos individuais e nas relações laborais, com uma maior permanência na habitação e com o reforço dos cuidados de higiene e desinfeção.

Propõe-se:

1. Redução de 10% da fatura de água, saneamento e resíduos sólidos respeitantes aos consumos do mês de abril e Maio;
2. As famílias que viram o seu rendimento reduzido, comparativamente com a média dos rendimentos dos meses de Janeiro e fevereiro últimos é-lhes concedido um desconto ao

- tarifário dos meses de abril e maio, a acrescer aos 10% referidos no número anterior, na proporção da perda desse rendimento;
3. O prazo de pagamento das faturas, respeitantes ao consumo dos meses de abril e maio é alargado por um período de 90 dias, sem que haja lugar à cobrança de juros de mora e levantamento de processo coercivo;
 4. Suspensão de cortes no fornecimento de água;
 5. Suspensão de cobrança coerciva, a executar por parte da autoridade tributária, com base na falta de pagamento da fatura da água, respeitante aos consumos dos meses de março e abril;
 6. Prorrogação do prazo de pagamento da fatura da água, renda de habitação social e dos mercados e feiras, cujo vencimento ocorra durante o mês de Março, por um período adicional de 90 dias sem que haja lugar à cobrança de juros de mora e levantamento de processo coercivo;
 7. Isenção de pagamento das rendas sociais nos meses de março, abril e maio;
 8. Na eventualidade de vir a ser reatado o funcionamento regular da atividade letiva, todos os alunos ficam isentos, até ao mês de junho, de pagamento de refeições escolares no pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, componente de apoio à família e transportes escolares;
 9. Devolução ou creditação para o ano letivo seguinte, das importâncias do pagamento de refeições escolares no pré-escolar e primeiro ciclo de ensino básico, componente de apoio à família e transportes escolares;
 10. Apoiar 50% da mensalidade das creches, em caso de situações de carência económica do agregado familiar que resulte ou venha a resultar do estado de pandemia provocado pelo Covid 19;
 11. Manutenção do pagamento à associação de pais e encarregados de educação, por forma a garantirem os honorários aos profissionais contratados, para o desenvolvimento das atividades educativas e desportivas (AEC'S) e componente de apoios à família (CAF);

Comércio/Indústria

1. Redução de 10% da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos respeitantes aos consumos do mês de abril e maio;
2. As empresas que viram a sua atividade totalmente suspensa, por força do D. L. n.º 2-A/2020, de 20 de março, que procedeu à execução da declaração do Estado de Emergência efetuado pelo Sr. Presidente da República – D. L. n.º 14-A/2020, de 18 de março, terão um desconto de 100% na sua fatura da água, saneamento e resíduos sólidos dos meses de consumo de Abril e Maio;

3. As empresas que demonstrem redução da sua atividade, em relação às médias dos meses de janeiro e fevereiro de 2020, o desconto na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, dos consumos de abril e maio, a acrescer ao previsto no número 4, será igual ao proporcional da perda desse rendimento. Para beneficiar desse apoio basta requerer à Câmara Municipal, com os elementos que comprovativamente demonstrem a redução da sua atividade;
4. O prazo do pagamento de faturas, respeitantes ao consumo dos meses de abril e maio é alargado por um período de 90 dias sem que haja lugar à cobrança de juros de mora e levantamento de processo coercivo.
5. Isenção do pagamento de taxas de terrado e feiras, durante todo o ano de 2020;
6. Isenção do pagamento de rendas devidas no mercado municipal e central de camionagem de março a maio;
7. Isenção de pagamento de taxas de publicidade e ocupação do espaço público, toldos, esplanadas, com exceção de instituições bancárias e representações de seguradoras, durante todo o ano 2020;
8. Continuidade no regular pagamento a todos os fornecedores do Município, evitando dificuldades nas suas tesourarias;
9. Aquisição de viseiras para entrega a todos os estabelecimentos comerciais/serviços de porta aberta para que possam realizar o atendimento ao público em segurança.
10. Criação do mercado virtual de Valpaços (Produtos da Terra) que junta as necessidades do comércio e empresas às competências de oferta no nosso território, de forma a potenciar compras dentro do concelho.
11. Criação de um gabinete de apoio ao comércio e à indústria que faculte informação sobre medidas de apoio à economia por parte do Governo e da União Europeia, que deverá ser articulado com a ACISAT e com a ADRAT.
12. Consagração do critério preferencial de convite a favor das empresas locais, sempre que os limites legais de ajuste direto e de consulta prévia se coloque, como motor de impulso e desenvolvimento à atividade económica.

Instituições Sociais

1. Redução de 10% da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, durante o período de abril e maio.
2. Atribuir apoio suplementar às Instituições sociais e às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários para fazer face à aquisição de equipamento de proteção individual, caso necessitem.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção de um representante de cada grupo parlamentar para que, querendo, se pronunciem acerca das medidas apresentadas;

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado mostrou, na globalidade, concordância com as medidas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara, sempre na convicção que outras medidas tomará se a situação assim o exigir. Este plano tem, por isso, a aprovação do grupo parlamentar do PSD.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Eugénio Borges.

O Senhor Deputado considera às medidas apresentadas adequadas a situação atual, merecendo a concordância da bancada parlamentar do PS. Concordou com o Senhor Presidente da Câmara no cuidado que demonstrou acerca da redução do preço da água nesta fase para não onerar ainda mais o Município e para não esgotar as reservas de água.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Dr. Amílcar Almeida.

O Senhor Presidente quis reforçar que, neste período a água não deve ser gratuita e o “desconto” não pode ser demasiado porque os consumidores tendem a exagerar no consumo esgotando as reservas de água. Tendo o Município de Valpaços, nesta área, um saldo desfavorável, uma medida desproporcionada teria efeitos muito negativos nas contas da Câmara Municipal.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do relatório e contas de 2019, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações

Chegado o momento de prestar contas, vem hoje aqui à Assembleia Municipal, o Relatório & Contas do ano 2019, na sua vertente orçamental, patrimonial e de custos.

O orçamento para o ano 2019, aprovado no órgão executivo em 31 de outubro de 2018, o qual mereceu a aprovação final em reunião da Assembleia Municipal realizada a 17 de dezembro de 2018, previa um total de receita e despesa de 15.911.907 euros.

Todavia, ao longo da gerência o orçamento da Câmara Municipal foi objeto de reforços, desde logo através da receita legalmente consignada proveniente de fundos comunitários. Como sabem, sempre que um projeto seja objeto de financiamento comunitário, pela parte do fundo proveniente da taxa de comparticipação que incide sobre o investimento elegível, pode dar-se um

reforço da receita nesse mesmo montante, acompanhada, naturalmente, pelo respetivo incremento na despesa por forma a tornar exequível a execução do projeto de investimento. Desta feita, e em resultado da consignação da receita proveniente de fundos externos, o orçamento foi incrementado em 549.661,34 euros.

Tivemos também a introdução na gerência de 2019 do saldo transitado do ano 2018, no montante de 895.336,41 euros. Reforço este que se traduziu na 1ª revisão orçamental devidamente aprovada por esta Assembleia Municipal em sua sessão de 18 de abril de 2019.

Atendendo ao protocolo estabelecido com a Santa Casa de Misericórdia de Valpaços, em resultado do memorando de entendimento celebrado em 10 de dezembro de 2016, entre a Câmara Municipal de Valpaços, a St.ª Casa de Misericórdia de Valpaços e a Administração Regional de Saúde do Norte, contemplando, no essencial, a elaboração e execução de um projeto de intervenção tendente à reabertura do hospital de Valpaços, abrangendo um serviço de atendimento permanente, bloco operatório, internamento, consultas externas de especialidade e ainda a possibilidade de abranger os cuidados continuados, comprometeu-se o município (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) a financiar em 50% o valor contratual inerente à execução da empreitada de «Remodelação e ampliação do edifício do hospital de Valpaços», obra orçada em 2.638.000 euros, acrescidos de IVA.

Desde facto, o município pagou à Santa Casa de Misericórdia de Valpaços 1.470.685 euros, em 23 prestações ocorridas desde fevereiro de 2018 a dezembro de 2019, num valor médio mensal de 64.000 euros.

Atendendo à canalização de uma parte significativa de recursos do seu orçamento para a concretização da obra do hospital, não foi possível concretizar investimentos nas freguesias, atendendo a que os recursos são escassos e limitados. Desta feita, os órgãos municipais tomaram a decisão de contrair um empréstimo bancário para realizar 20 empreitadas, num montante estimado de 1.522.505,69 euros, o que levou a um incremento orçamental, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, do referido montante.

Fruto das circunstâncias supra relatadas, o orçamento final do Município de Valpaços fixou-se nos 18.775.074,29 euros, que nos coube gerir com a prudência e sentido de responsabilidade, que caracteriza o executivo camarário.

Analisando e sintetizando os dados que constam do Relatório & Contas, que cada um dos Srs. Membros da Assembleia Municipal teve certamente oportunidade de ler, executamos 98,80% do total da receita a que nos propusemos, e realizamos 91,02% da despesa orçada.

Como sabem, a Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece um limite mínimo para a execução da receita corrente, pelo menos 85% de execução; é essa a meta que os municípios anseiam alcançar. Como puderam verificar, atingimos 102,99% de execução,

o que denota o rigor na feitura do nosso orçamento. Ao longo destes anos em que estou incumbido da administração da Câmara Municipal, os orçamentos são realistas e concretizáveis; o que adianta ter orçamentos de milhões quando sabemos que não vamos atingir tais montantes. Fazemos o que se podem, não criamos ilusões do lado da receita que estimula a concretização da despesa para a qual não temos recursos suficientes para a poder pagar.

Os nossos orçamentos são realistas e concretizáveis, e disto dá conta este relatório e contas que hoje vem aqui à aprovação.

Foram arrecadados 17.659.170,82 euros, repartidos por receitas correntes (14.555.599,71 euros) e receitas de capital (3.103.571,11 euros).

As receitas com maior peso no orçamento municipal são as provenientes do Orçamento do Estado, sob a forma de FEF, IRS e Fundo Social Municipal, o que faz naturalmente depender a atuação autárquica das verbas do Estado, à semelhança de muitos municípios deste país, sobretudo os de menor dimensão.

No âmbito das receitas fiscais, o IMI é que contribui mais para o erário municipal, onde foram arrecadados 1.139.095,68 euros. Pode parecer muito dinheiro para quem paga o IMI, todavia manter as ruas limpas e asseadas, passeios em condições, arruamentos, praças e jardins, não deixa de ser um investimento que cada valpacense faz no seu próprio património imobiliário, e no seu bem-estar.

Com a venda de bens e serviços arrecadou o Município 1.351.795,06 euros. A receita que mais contribui para esta arrecadação é a proveniente da venda de água ao domicílio, com uma arrecadação de 468.825,45 euros, seguida da tarifa de disponibilidade com 439.934,10 euros e da tarifa de resíduos sólidos com 231.552,09 euros.

Ao nível da execução das receitas de capital, do Orçamento do Estado recebemos 1.681.535 euros, da Iberdrola, no âmbito da compensação das barragens do Tâmega, recebemos 91.560 euros, que estavam consignados à execução de duas empreitadas realizadas – Saneamento em Tinhela e Abastecimento de água em Rio Torto. De fundos comunitários recebemos 436.895,36 euros, no âmbito da execução de quatro projetos: Rio Rabaçal, Requalificação da escola secundária de Valpaços, ciclovia e Promoção das TIC na administração e serviços públicos.

Da contratualização do empréstimo bancário tendente ao financiamento de 20 obras, arrecadamos 812.486,62 euros. Não foi possível utilizar a totalidade do empréstimo no ano 2019, fruto de atrasos na execução das empreitadas derivadas das condições climatéricas adversas à execução dos trabalhos de construção civil.

Na evolução da receita no triénio (2017-2019) verificamos um acréscimo de 1.304.426,46 euros. Ao nível da execução da despesa, foram pagos 17.088.945,77 euros, dos quais 12.176.944,23 euros de despesas correntes e 4.912.001,54 euros de despesas de capital.

No âmbito das despesas correntes a rubrica onde foram despendidos mais recursos foi na despesa com o pessoal (5.613.450,85 euros), representando 35,28% do total da despesa paga e cerca de 46% do total da despesa corrente.

Na aquisição de bens e serviços foram pagos 4.287.303,66 euros, que vão desde a recolha e tratamento dos lixos, à compra de água, ao saneamento, aos transportes escolares, à iluminação dos edifícios e espaços públicos, à aquisição de materiais de construção civil, ao gás, às análises de água, aos combustíveis, géneros alimentícios para as cantinas escolares, conservações e reparações, tudo aquilo que diz sobretudo respeito às despesas de funcionamento da Câmara Municipal.

Foram pagos 233.696,93 euros de juros, devidos não tanto pelos empréstimos bancários (que foram de 43.696,93 euros), mas em resultado de um acordo de pagamento celebrado com a «Mota-Engil», fruto da execução de obras que foram concluídas entre 2005 e 2007 e só vieram a ser pagas em 2012, com recurso ao empréstimo do PAEL. De juros de mora liquidamos à Mota-Engil foram 190.000 euros, que regularizamos em 10 prestações ao longo do ano 2019.

Foram realizados investimentos no âmbito do PPI, no montante de 2.693.466,13 euros.

Foram transferidas para instituições sem fins lucrativos, para a prossecução das suas atribuições e competências, a verba de 1.497.044,50 euros para a realização de obras/investimentos, o que inclui o hospital de Valpaços da St.ª Casa da Misericórdia.

Amortizamos 663.577,91 euros à dívida à banca, fruto da contratualização de empréstimos bancários.

No triénio 2017-2019 a despesa foi reduzida em 413.592,13 euros.

Ao nível do equilíbrio e estabilidade orçamental, a poupança corrente fixou-se em 2.428.704,38 euros, o que significa que através de fluxos correntes (diferença entre receitas correntes e despesas correntes) financiamos investimentos, promovidos pela própria autarquia ou por entidades que financiamos, nomeadamente a St.ª Casa, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega à qual pertencemos, as associações humanitárias de bombeiros, as juntas de freguesia, ...

Damos cumprimento à regra do equilíbrio de contas, em que a nossa receita corrente paga toda a despesa corrente e as amortizações médias dos empréstimos contratados, ainda resultando um saldo de 1.694.037,17 euros, o que traduz a preocupação e a salvaguarda das populações vindouras, não as onerando com dívida.

O saldo da gerência de 2019 fixou-se nos 1.515.610,14 euros, que pretendemos incorporar na gerência de 2020, conforme ponto que se segue no nosso plano de trabalhos.

No final do ano o nosso prazo médio de pagamento era de 2 dias; só não pagamos a pronto atendendo às tramitações procedimentais que pautam as fases da despesa, que inclui a conferência obrigatória dos documentos e seu enquadramento legal.

Pese embora a contratualização do empréstimo bancário a dívida é a mais baixa dos últimos 5 anos, fixando-se em 3.381.481,54 euros, como podem constatar pelo quadro 34º do relatório e contas. O serviço da dívida, o que inclui juros e amortização do capital dos empréstimos, é de 689.767,20 euros, o mais baixo do quinquénio.

A capacidade de endividamento da Câmara Municipal para o ano 2020 rondará os 7 milhões de euros

Ao nível da situação patrimonial o património líquido da autarquia é de cerca de 101,5 milhões de euros. O resultado líquido do período é negativo em 1.208.615,50 euros, melhorando em relação ao ano transato atendendo a que foi de menos 1.885.294,03 euros.

Naturalmente que o resultado negativo é fortemente influenciado pela depreciação dos bens patrimoniais da autarquia, gozando esta de um património bruto de 224,7 milhões de euros, que ao depreciarem-se (perderem valor) são considerados como gastos do período.

Continuamos a deter participações sociais em empresas que têm demonstrado rentabilidade financeira, o que permite a distribuição de dividendos que o nosso orçamento da receita agradece. No ano 2019 foram-nos distribuídos dividendos brutos de 414.170,28 euros, aos quais acresce o aproveitamento hidroelétrico do rio Alvadia, em Ribeira de Pena, cuja distribuição de resultados da exploração permitiu o encaixe de 60.300 euros.

Temos alguma dívida de cobrança duvidosa, sobretudo ao nível dos clientes de água, que estávamos a começar a recuperar com a parceria que temos com a Autoridade Tributária; todavia com este estado de pandemia que atravessamos vimo-nos obrigados a suspender os processos de cobrança coerciva.

Julgo que dei uma abordagem do relatório e contas do ano 2019, estou naturalmente disponível para eventuais esclarecimentos que os Srs. Membros da Assembleia queiram colocar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por lembrar que o princípio do equilíbrio e estabilidade orçamental, obriga a que as receitas correntes sejam iguais ou superiores às despesas correntes, ora, este pressuposto está garantido.

Destacou que as receitas com a água e saneamento estão ainda longe de cobrir as despesas, o que significa que o Município continua a subsidiar os consumidores.

Notou um forte investimento nas funções sociais, realçado a cultura, o desporto e a ação social, sobretudo a educação.

Destacou, ainda, o equilíbrio e o rigor com que foi executado o Orçamento de 2020.

Por último, e relativamente à certificação das contas do Município, fez referência as reservas manifestadas pela sociedade de revisores, em relação ao contencioso com as “Águas do Norte”, relativamente aos consumos mínimos.

No entanto o parecer da sociedade de revisores, considera que as contas do Município, referentes ao ano de 2019, cumprem os requisitos legais e regulamentares em vigor sem identificar qualquer correção. Assim, dado o exposto o Senhor Deputado Vítor Nogaró, anunciou o voto favorável da bancada parlamentar o Partido Social Democrata.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Eugénio Borges.

O Deputado Municipal, Senhor Dr. Eugénio Borges, referiu que a situação económica e financeira do Município continua estável e equilibrada, fruto, como tem vindo a referir nestas análises, de uma alteração de paradigma nas finanças públicas locais, considerando que nos últimos anos o investimento em ativos fixos tem vindo a ser substituído por investimento na economia social, nas áreas da educação, da cultura e desporto e na vertente social.

Referiu que o endividamento municipal tem vindo a diminuir e está controlado, mas que pela primeira vez, na gestão deste executivo, foi necessário recorrer a um empréstimo, para fazer face a investimento nas freguesias, considerando que o compromisso político estabelecido entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia tendo em vista a reabertura do Hospital, já desembolsou aos cofres municipais, mais de um milhão e meio de euros, afirmando que era bom que os Valpacenses tivessem esta noção do esforço que o Município está a fazer porque o dinheiro público provém dos contribuintes.

Por fim, alertou para o facto de a despesa corrente ser elevada e que isso pode vir a trazer constrangimentos no futuro, nomeadamente, ter que se voltar a utilizar capital alheio para se realizarem certos investimentos.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Sr. Vítor Nogaró há muito nos habituou com intervenções seguras e sérias. Pela avaliação rigorosa que fez, demonstra bem que analisou muitíssimo bem o relatório e contas de 2019. Fez uma avaliação positiva quanto à situação económica e financeira do Município. Tem uma certa predileção para os números. A sua intervenção dá-nos ainda mais força para continuarmos a trabalhar com o mesmo afinco e dedicação em prol do concelho e dos Valpacenses.

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Dr. Eugénio Borges.

Registo com agrado as palavras do Sr. Eugénio Borges. Reconhece que a situação financeira do Município é saudável, como também reconhece que baixou muito o endividamento municipal. É verdade que recorreremos a um empréstimo bancário para efetuar investimento nas freguesias, resultante do compromisso que havíamos assumido com a Misericórdia de Valpaços, a construção do hospital. De realçar que o investimento feito no hospital foi superior ao montante do empréstimo efetuado. Todos nós sabemos que sem o apoio/ajuda da Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia de Valpaços não tinha condições de assumir por si só a obra que ali foi realizada. Valeu o esforço conjunto das duas instituições, já que é a obra mais importante para o concelho e para os Valpacenses.

De facto, a despesa corrente aumentou, mas nada que nos tire o sono, porquanto a receita corrente é suficiente para cobrir toda a despesa corrente e as amortizações dos empréstimos.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES**.

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 1ª revisão ao Orçamento e ao Plano de Investimentos do ano 2020

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesa não prevista ou insuficientemente dotada, o orçamento e o PPI podem ser objeto de revisões e alterações.

Na sequência da aprovação do relatório e contas, previsto no ponto II desta ordem de trabalhos, ficamos legalmente mandatados para a introdução do saldo da gerência do ano 2019, na

execução do ano 2020, pese embora a Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, que veio a aditar o Artigo 3º-A à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, permita que a introdução do saldo da gerência possa ser executada pelo órgão executivo com a aprovação do mapa de fluxos de caixa, sujeito naturalmente a ratificação do órgão deliberativo aquando da realização da primeira reunião desse órgão.

Todavia, o que se pretende com esta proposta de revisão aos documentos previsionais é ir para além do saldo da gerência, aumentando o valor do orçamento municipal pela correção ao FEF, que o Orçamento do Estado para 2020 vem a fazer.

O Orçamento do Estado para o ano 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, no seu mapa XIX vem dispor as verbas destinadas aos Municípios, no âmbito da participação dos municípios nos impostos do Estado. Quando a Câmara Municipal elaborou o seu orçamento para o ano 2020, considerou, e bem, as transferências aprovadas constantes no Orçamento do Estado em vigor (2019), em conformidade com a alínea c) do ponto 3.3 do POCAL, que define as regras previsionais na elaboração dos orçamentos das autarquias locais.

Com a aprovação do Orçamento do Estado para o ano 2020, este ano excecionalmente publicado em março de 2020, verifica-se um aumento, no caso em apreço do Município de Valpaços, em 913.097,00 euros às verbas provenientes do Orçamento do Estado.

Ora considerando o saldo da gerência (1.515.610,14 euros), mais o incremento do Orçamento do Estado (913.097,00 euros), estamos em condições, via revisão orçamental, de aumentar o orçamento municipal para o ano 2020, em 2.428.707,14 euros.

A consignação deste montante, como tiveram oportunidade de analisar no documento que vos chegou às mãos, será canalizado para o reforço de projetos no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos (2.208.507,14 euros) e reforço de despesas correntes em 220.200 euros, que se durante a execução orçamental pudermos transferir para despesas de investimento, assim o faremos.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Eugénio Borges.

O Senhor Deputado Municipal, referiu que tinha dúvidas que parte dos investimentos previstos na proposta se viessem a realizar durante este e no próximo ano, dado que a incerteza que a pandemia do covid19 está a gerar na economia vai trazer consequências muito negativas na vida das famílias e das empresas. Em função disso as autarquias vão ter de reorientar as suas

prioridades, uma vez que a economia local vai precisar de ser reanimada. No caso concreto da economia local de Valpaços, referiu o prejuízo económico e social que a não realização da feira do foliar trouxe, manifestando preocupação caso as festas em honra de N. Sra. Da Saúde, não se venham a realizar nos moldes que conhecemos, uma vez que isso vai provocar um impacto muito negativo na economia local, perspectivando-se também um verão mais ameno, com pouca afluência de emigrantes devido à pandemia. Daí que, considera que a autarquia terá que pensar em medidas de reanimação da economia local e muitos destes investimentos, poderão ter que esperar.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Dr. Eugénio Borges.

Desconhecemos até quando esta pandemia irá permanecer entre nós, sabemos sim do impacto negativo que está a causar nas famílias, nos serviços, no comércio e na indústria e até junto das IPSS(s).

Vai ser um ano muito difícil para todos, quanto mais não seja até pelo facto de ser algo que todos nós desconhecíamos até à data. Estamos atentos. Estamos preocupados, mas não queremos instalar o pânico nas populações. Estamos prontos e disponíveis para intervir quando for necessário. É nosso propósito não deixar ninguém para trás. Todos contam! Se tivermos que abdicar da realização de obras é coisa que não nos assusta, as pessoas estão em 1º lugar. Até porque as obras não farão sentido se não houver pessoas. Todos nós somos responsáveis e a Autarquia estará à altura de corresponder aos anseios e necessidades dos Valpacenses.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM uma ABSTENÇÃO**.

4 – Primeira alteração ao Contrato-programa outorgado entre o Município de Valpaços e a EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

Como certamente os Srs. Membros desta Assembleia Municipal são conhecedores, na sessão do dia 16 de dezembro de 2019, foi votada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa EHATB.

O referido contrato-programa prevê a execução, sem quaisquer encargos para os valpacenses, de 550.000 euros, em prol da promoção do desenvolvimento urbano e rural, e na manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana.

Com este enquadramento, foram determinadas um conjunto de ações, desde logo duas empreitadas:

- Arranjo urbanístico no lugar de Santa Rita, em Sanfins (O concurso foi lançado no passado mês de março e veio a ficar deserto);
- Arruamentos da rua da Portela e Travessa da Chanca, em Carrazedo de Montenegro, esta última já adjudicada à «Socorpena».

No âmbito da promoção do desenvolvimento urbano e rural, estão previstos projetos de promoção de eventos de divulgação de produtos e serviços regionais, nomeadamente:

- Feira do Fumeiro (Realizada no passado mês de fevereiro (dia 1 e 2) em S. João da Corveira);
- Feira do foliar – A nossa principal feira que divulga fortemente a nossa terra e as nossas gentes, e que é um certame verdadeiramente impulsionador dos nossos produtos, com evidente realce para o foliar e que abrange uma ampla gama de outros produtos (Fumeiro, mel, vinho e o azeite) teve de ser cancelada pelas razões que todos conhecem.
- Feira Franca – Estamos na incerteza da sua realização;
- Festa do vinho e das vindimas;
- Feira da castanha;
- Cidade encantada.

A concretização destes eventos, que muito nos orgulha e honra a sua realização, infelizmente, em resultado da situação epidemiológica do novo coronavírus – Covid 19, podem estar em causa.

A feira do foliar não se realizou, e as demais impera a incerteza da evolução do estado desta pandemia que muito nos tem afetado.

Ora, atendendo a que o contrato-programa está delimitado às ações que nele estão previstas, e não se concretizando o evento «Feira do foliar», equaciona-se a sua substituição por outro tipo de

ações, sobretudo enquadradas na promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, que não estão tanto sujeitas a condicionantes provocados pela pandemia que vivemos, pela que a nossa proposta vai no sentido de introduzir três ações, que possam dar substituição a outras que não sejam possíveis concretizar.

Neste sentido, são introduzidas 3 empreitadas ao contrato-programa, que em nada vão onerar o montante global previsto no orçamento da EHATB, são elas:

- Recuperação da antiga escola de Fornos do Pinhal, com uma estimativa orçamental de 75.000,00 euros;
- Pavimentação da Travessa do Pinheiro Manso, em Valpaços, com uma estimativa orçamental de 10.815,00 euros;
- Pavimentação da plataforma da rua Cidade da Praia, em Valpaços, com uma estimativa orçamental de 25.000,00 euros.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Sendo dezassete horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queiroz Simões